

Fundação Roberto Marinho acusada de desvio de verbas

Deputado faz inspeção em entidade e diz que ela sonega imposto e não presta conta de recursos

CHICO OTÁVIO

RIO — O deputado federal Paulo Ramos (PDT-RJ) acusou ontem as Organizações Globo de usar a Fundação Roberto Marinho para arrecadar recursos públicos para as demais empresas do grupo e sonegar o Imposto de Renda. Ele realizou ontem uma inspeção nos arquivos da entidade com o apoio de técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU). A diligência foi autorizada pelo presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), que proibiu a apreensão de documentos.

Autor do pedido de inspeção, Ramos tenta provar que a Fundação Roberto Marinho não prestou contas dos recursos repassados em 1991 pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

(FNDE). No início da noite de ontem, o deputado e os técnicos ainda examinavam os arquivos. O superintendente de Comunicação da fundação, Leonardo Laginestra, disse que a resposta às acusações está na avaliação dos documentos, "que provam que não repassamos nada nem sonegamos imposto".

Paulo Ramos anunciou que vai solicitar à CPI a convocação para depor do ex-funcionário da TV Globo Romero Machado, autor de um livro de denúncias sobre a fundação, *A fundação Roberto Marinho*, e um servidor federal que teria provas de suas denúncias. O deputado afirmou que as doações recebidas pela entidade não são contabilizadas e muitas vezes vão parar nas contas de outras empresas da organização. "O deputado diz o que quer, mas o ônus da prova cabe a ele", advertiu Laginestra.

Ramos disse que os documentos que obteve no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) são "suficientes" para justificar a quebra de sigilo bancário e fiscal da fundação. Segundo ele, o requerimento para a investigação foi baseado em comprovantes de que a fundação recebeu sub-

venções sociais, contratos da entidade com o FNDE, o Sistema Nacional de Irrigação e o Ibama, além de provas de que a entidade assinou indevidamente recibos para o governo federal em 1988 no valor de NCz\$ 10

milhões. A diligência deveria ser acompanhada de outros membros da subcomissão de subvenções sociais da CPI, mas o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e os deputados Luís Máximo (PSDB-SP) e José Lourenço (PFL-BA) comunicaram na semana passada que não participariam da inspeção.

PARA
ASSESSOR,
NÃO HÁ NADA
ILEGAL